



**REQUERIMENTO \_\_\_\_\_/2021**  
(Do Sr. Helder Salomão)

Requer realização de audiência pública para discutir a Renda Básica de Cidadania.

Requer, com base no art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir a Renda Básica de Cidadania e a promoção dos Direitos Humanos.

Para tanto sugerimos a o convite das seguintes autoridades e representantes:

1. Vereador Eduardo Suplicy – Economista, Ex-Senador e Autor da Lei que instituiu a Renda Básica de Cidadania
2. Secretaria de Economia Solidária do Município de Maricá-RJ
3. Dra. Tereza Campelo – Economista e Ex-Ministra do Desenvolvimento Social.
4. Organização das Nações Unidas – ONU Brasil
5. ActionAid Brasil
6. Central Única das Favelas – CUFA
7. Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH
8. Dra. Neide César Vargas, Professora UFES
9. Dra. Maria Lúcia Fattorelli, Auditoria Cidadã da Dívida

**JUSITIFICATIVA**

A crise econômica e social agravada pela pandemia do novo Coronavírus descortinou a necessidade urgente para o estabelecimento de uma Renda Básica de Cidadania para proteger as populações mais vulneráveis.

A renda emergencial vigente durante parte do ano de 2020 contribuiu sobremaneira para sustentar não só garantiu a subsistência da população mais pobre, como a sobrevivência de inúmeras micro e pequenas empresas que somente permaneceram em funcionamento graças a este auxílio.

O Brasil tem alguns grandes exemplos da eficácia deste tipo de política pública para a proteção social através da garantia de uma renda mínima. Entendemos por extremamente importante que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprofunde esta discussão de forma a contribuir com esta Câmara dos Deputados para a discussão de projetos desta natureza.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Sala das Sessões, em 18 de março de 2021.

**Deputado Helder Salomão**  
PT/ES

Apresentação: 18/03/2021 17:18 - CDHM

REQ n.11/2021

Documento eletrônico assinado por Helder Salomão (PT/ES), através do ponto SDR\_56279, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

